

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

Processo nº: _____

Reclamante: _____

Reclamada: _____

I – DA ABERTURA DA AUDIÊNCIA

A audiência foi iniciada às ____ horas, na sala de audiências desta Vara do Trabalho, com a presença das partes, seus advogados e do representante do Ministério Público do Trabalho, quando cabível.

II – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES E ADVOGADOS

Foram identificados os participantes e conferidos seus poderes para atuar no feito, conforme procurações juntadas aos autos.

III – DA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

O MM. Juiz(a) promoveu a tentativa de conciliação entre as partes, que resultou em:

() Acordo celebrado nos seguintes termos:

() Inexistência de acordo.

IV – DA INSTRUÇÃO

1. Oitiva das partes:

a) Reclamante:

b) Reclamada:

2. Oitiva das testemunhas:

- Nome: _____ Qualificação: _____

Declaração: _____

- Nome: _____ Qualificação: _____

Declaração: _____

3. Apresentação de documentos e provas periciais, se houver:

V – DAS OBSERVAÇÕES DO MM. JUIZ(A)

O MM. Juiz(a) registrou as seguintes observações relevantes durante a audiência:

VI – DOS PEDIDOS E MANIFESTAÇÕES FINAIS

Cada parte apresentou suas alegações e pedidos finais, conforme registrado:

VII – ENCERRAMENTO

A audiência foi encerrada às ____ horas, com as partes cientes das providências a serem adotadas.

VIII – ASSINATURAS

Reclamante (ou Advogado)

Reclamada (ou Advogado)

MM. Juiz(a) da ____ Vara do Trabalho
Público do Trabalho

Representante do Ministério

Observações adicionais:

Este relatório foi redigido para fins de registro e instrução do processo, contendo fiel relato dos fatos ocorridos na audiência.

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/relatorio-de-audiencia/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.